



ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DO SERVIÇO PÚBLICO NAS REGIÕES IMEDIATAS DO PARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Leandro José de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná | leandrohtaune@gmail.com

Kristianno Fireman Tenório

Universidade Estadual do Oeste do Paraná | kristianno20@hotmail.com

Zelimar Soares Bidarra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná | zelimarbidarra@gmail.com

Sessão Temática 3: Estado, planejamento e políticas públicas

Resumo: Este estudo analisa a dinâmica espacial do serviço público nas Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná no início do século XXI. Utilizando indicadores quantitativos como o Indicador de Nível de Crescimento (INC), Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) e o Quociente Locacional (QL), avalia-se a distribuição dos serviços públicos e sua influência no desenvolvimento regional. Os resultados mostram o papel essencial da administração pública na economia das RGIs e sugerem a necessidade de políticas distributivas mais eficientes e equitativas para promover e melhorar a qualidade de vida, destacando variações na especialização e dependência econômica.

Palavras-chave: dinâmica espacial; serviço público; desenvolvimento regional; distribuição de recursos; Paraná.

TRADUÇÃO DO TÍTULO EM INGLÊS

Abstract: *This study analyzes the spatial dynamics of public services in the Immediate Geographic Regions (IGRs) of Paraná in the early 21st century. Using quantitative indicators such as per capita Gross Value Added (GVA), Economic Growth Level Indicator (EGLI), and Location Quotient (LQ), the distribution of public services and their influence on regional development are assessed. Results highlight the crucial role of public administration in IGRs' economies, suggesting the need for more equitable strategies to promote sustainable development and improve quality of life, noting variations in specialization and economic dependency.*

Keywords: *spatial dynamics; public services; regional development; resource distribution; Paraná.*

TRADUÇÃO DO TÍTULO EM ESPANHOL

Resumen: *Este estudio analiza la dinámica espacial del servicio público en las Regiones Geográficas Inmediatas (RGIs) de Paraná a inicios del siglo XXI. Utilizando indicadores cuantitativos como el Indicador de Nivel de Crecimiento (INC), Indicador de Ritmo de Crecimiento (IRC) y el Cociente Locacional (CL), se evalúa la distribución de los servicios públicos y su influencia en el desarrollo regional. Los resultados muestran el papel esencial de la administración pública en la economía de las RGIs y sugieren la necesidad de políticas distributivas más eficientes y equitativas para promover y mejorar la calidad de vida, destacando variaciones en la especialización y dependencia económica.*

Palabras clave: *dinámica espacial; servicio público; desarrollo regional; distribución de recursos; Paraná.*

INTRODUÇÃO

A forma como os serviços públicos são alocados pode impactar significativamente o desenvolvimento socioeconômico das regiões, influenciando diretamente a equidade e a eficácia da administração pública. No contexto, onde há grande diversidade geográfica e econômica, vale investigar como os serviços públicos são distribuídos e sua dinâmica espacial para entender as disparidades regionais entre as Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) presentes no seu território (Rocha; Souza, 2019; Endlich; Mattos Alves; Teixeira, 2023).

Estudos anteriores destacam a importância da distribuição eficiente de serviços públicos para o desenvolvimento regional (Viana, 2014; Correia; Diniz; Costa, 2015; Nascimento; Bautista; Cavalcanti, 2017), explorando a relação entre a administração pública e o crescimento econômico, evidenciando como a alocação de recursos pode reduzir disparidades regionais.

A administração pública desempenha um papel central na estruturação econômica local, especialmente em regiões com menor desenvolvimento econômico. Este trabalho se propõe analisar a dinâmica espacial do serviço público nas RGIs do Paraná, utilizando uma abordagem quantitativa baseada em dados secundários. Utilizou-se o Valor Adicionado Bruto (VAB) per capita e o número de emprego formal para computar índices como o Indicador de Nível de Crescimento (INC), Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC), e o Quociente Locacional (QL) (Piacenti, 2012, 2016). Com isso, foi possível analisar a contribuição do setor da administração pública para a economia regional e identificar padrões de especialização econômica que podem influenciar a distribuição da riqueza.

O objetivo principal deste estudo é analisar a dinâmica espacial do serviço público nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná (RGIs), buscando: (1) identificar padrões de especialização econômica e dependência do setor público e (2) avaliar as disparidades na alocação de serviços públicos. Ao explorar essas questões, o estudo visa fornecer insights valiosos para formuladores de políticas, gestores públicos e acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento de políticas mais equitativas e eficazes, além de apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, como os ODS 8, 10, 11 e 16 (ONU, 2024).

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A gestão pública tem como principal função atender ao interesse público, a coletividade, possui subsetores que articulam diferentes bens sociais, como educação, segurança e seguridade social, fazendo parte da gestão de serviços públicos e da promoção do desenvolvimento regional (Souza, 2006; EMERJ, 2008). A eficiência na alocação de recursos públicos é importante para garantir que todas as regiões, independentemente de sua base tributária, tenham acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde, segurança e seguridade social (Dente, 1995; Correia; Diniz; Costa, 2015; Murshed *et al.*, 2022).

No contexto paranaense, onde há disparidades significativas entre as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (RGIs), a administração pública deve se tornar um agente para remediar esses desequilíbrios, utilizando repasses estaduais e federais para promover um desenvolvimento mais equilibrado (Lopes; Cunha, 2024). No Paraná, esse papel é observado quando os municípios preferem utilizar as transferências federais e estaduais para financiar despesas, em vez de aumentar a arrecadação de impostos locais. Contudo, a gestão pública não só deve dar resposta às exigências e demandas imediatas e atuais, mas também deve ser orientada ao desenvolvimento dos municípios e da região (Matias-Pereira, 2006; Vidal; Rosa Filho, 2011; Correia; Diniz; Costa, 2015).

Essa questão orçamentária e a prestação de serviços, em razão do pacto federativo e da descentralização político-administrativa, em nível municipal, estão ligadas diretamente às prefeituras que são responsáveis pela implementação de políticas de saúde, de educação, de transporte de assistência social, dentre outras, assegurando que os serviços essenciais possam ser destinados e acessíveis aos cidadãos (Salvador, 2010). Entretanto, a ausência do uso dos recursos com vistas a orientação para o desenvolvimento dos diversos setores econômicos, a longo prazo, pode representar uma falta de diversificação econômica e mais dependência de certas fontes de recursos (Leite Filho; Fialho, 2015; Silva; Vasconcelos, 2024).

Para as finalidades desse trabalho, para entender se há ou não a especialização na gestão pública e na dinâmica econômica, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi feito um recorte para trabalhar com os dados de um setor econômico da administração pública, qual seja: "defesa e seguridade social", o qual compreende desde as secretarias, prefeituras e tribunais, passando por quartéis, polícia militar, bombeiros e delegacias, até agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades de saúde pública do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

Dessa forma, entre as variáveis frequentemente utilizadas para a análise da dinâmica econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) ou o Valor Adicionado Bruto (VAB) atuam como indicadores do estoque de produção ou produto da economia, mensurados em termos monetários, ambos diretamente vinculados à atividade econômica de uma determinada região em um período específico. Além disso, a dinâmica econômica pode ser avaliada através do comportamento de outras variáveis, como o estoque de emprego. Dessa forma, é importante ajustar o elemento a ser mensurado ao perfil da análise e à escala territorial considerada (Ferrera de Lima, 2022).

Historicamente, a inclusão do PIB como variável nas análises econômicas tem origem na teoria do crescimento econômico que, por muito tempo, tratou desenvolvimento e crescimento como termos equivalentes. Assim, um PIB per capita elevado sugere uma maior eficiência e produtividade da população, demonstrando que um determinado setor econômico está gerando mais ganho econômico por pessoa, o que promove a acumulação de

capital e o progresso comparativo em relação a outras regiões (Ferrera de Lima *et al.*, 2014; Ferrera de Lima; Piffer; Ostapechen, 2016).

Diante disso, observa-se que, para a análise setorial do crescimento econômico regional, o VAB torna-se uma referência metodológica mais precisa. Dessa forma, a utilização do VAB setorial juntamente com a população ocupada por setor econômico oferece um parâmetro de produtividade, uma vez que a relação entre esses dados revela a evolução da produção ao longo do tempo e a capacidade de cada trabalhador em agregar mais valor à produção. O VAB reflete a contribuição de cada setor para o PIB regional, representando o valor gerado para a economia como um todo. Assim, o parâmetro VAB/população proporciona indícios sobre a capacidade produtiva da força de trabalho em uma região específica (Ferrera de Lima, 2019).

A análise do estudo foi realizada com base na literatura revisada (vide Referências), focando-se nas 29 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná. Para tanto, utilizou-se o VAB per capita e o número de empregos formais na administração pública para os anos de 2000 e 2021. No contexto desta análise, a administração pública inclui a contribuição econômica dos setores de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social para a economia total. Cabe destacar que esses setores não envolvem a produção de bens tangíveis.

Para atender aos objetivos do estudo, foram utilizados indicadores que medem o Nível e o Ritmo de crescimento econômico, além do quociente locacional, a fim de avaliar a dinâmica regional e a distribuição espacial da força de trabalho especializada na administração pública entre as RGIs. Assim, para o cálculo do Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC) e Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) foram empregados como referência os trabalhos de (Ferrera de Lima *et al.*, 2014; Ferrera de Lima; Piffer; Ostapechen, 2016; Ferrera de Lima, 2022; Ferreira, 2023).

O INC foi determinado com base no VAB per capita de cada uma das 29 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná. Esse indicador tem como objetivo principal avaliar o desempenho de cada região em um período específico, seja município, microrregião, mesorregião, ou outra unidade territorial, em relação à média estadual do VAB per capita, conforme ilustrado na equação 1.

$$INC_{RGIs} = VAB_{pci} / VAB_{pcm} \times 100 \quad (1)$$

Em que:

VAB_{pci} : VAB per capita da região i ;

VAB_{pcm} : VAB per capita médio estadual.

Por meio do INC torna-se possível classificar as RGIs em diferentes níveis de potencial de desenvolvimento econômico provenientes da administração pública, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação do Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC)

INC	Faixa do INC
Significativo	> 100
Alto	80 a 99
Médio	50 a 79
Baixo	20 a 49

Fonte: Adaptado de Piacenti (2016) e Ferrera de Lima (2022).

De acordo com a classificação do INC, que se baseia no VAB per capita médio da administração pública do Paraná, as RGI's com um indicador superior a 100 apresentavam, naquele ano, um VAB per capita acima da média estadual, sendo caracterizadas como "significativos". Em contraste, as RGI's com um indicador abaixo da média são rotuladas como "baixos".

O Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) adota uma abordagem semelhante, mas se diferencia por avaliar o crescimento econômico em dois períodos distintos, especificamente entre 2000 e 2021. Para analisar o ritmo de crescimento econômico das RGI's do Paraná foi utilizado um indicador que compara o crescimento de cada região com a média estadual (Piacenti, 2012, 2016), conforme estabelecido pela equação 2.

$$IRC_{RGI's} = [(\pi / \psi) - 1] / [(K / \Phi) - 1] \times 100 \quad (2)$$

Sendo:

π : $VAB_{pc} 2020_i$ = VAB per capita da região i em 2021;

ψ : $VAB_{pc} 2005_i$ = VAB per capita da região i em 2000;

K : $VAB_{pc} 2020_i$ = VAB per capita médio estadual i em 2021;

Φ : $VAB_{pc} 2005_i$ = VAB per capita médio estadual i em 2000.

O IRC também possibilita a classificação dos municípios em várias categorias: significativos ($IRC \geq 100$), estagnados ($30 < IRC < 100$), recessivos ($0 < IRC < 30$) ou depressivos ($IRC < 0$). Considerando o VAB per capita médio do setor da administração pública do Estado como 100, as RGI's com IRC superior a 100 apresentaram um Ritmo de crescimento econômico acima da média estadual. Em contraste, as RGI's com IRC inferior a 100 mostraram um crescimento mais lento em relação à média do Estado, indicando que o aumento populacional superou o

crescimento do VAB. Além disso, as regiões com IRC negativo experimentaram uma diminuição no VAB per capita durante o período analisado.

Após a análise individual de cada indicador, procedeu-se à combinação deles para avaliar a situação de desenvolvimento de cada RGI, de acordo com a classificação descrita na tabela 2.

Tabela 2 – Combinação da forma tradicional dos indicadores econômicos de Nível de Crescimento (INC_{RGIS}) e Ritmo de Crescimento Econômico (IRC_{RGIS})

Classificação da RGI	Tipo	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento
Desenvolvimento em expansão	AA	Alto	Alto
Desenvolvimento em Declínio	AB	Alto	Baixo
Em Desenvolvimento	BA	Baixo	Alto
Deprimidos	BB	Baixo	Baixo

Fonte: Fonte: Adaptado de Piacenti (2016) e Ferrera de Lima (2022).

A avaliação conjunta dos indicadores ICN e IRC de cada RGI é determinada com base na média estadual. Quando uma RGI é classificada como “alto”, isso indica que seu índice está acima da média do Estado, ou seja, um desempenho significativo (superior a 100). Por outro lado, uma classificação como “baixo” indica que a RGI possui um índice inferior à média estadual.

Para identificar as RGIs com maior especialização no setor da administração pública no Paraná foi empregado o Quociente Locacional (QL), um indicador amplamente utilizado em estudos regionais. Ele revela o comportamento locacional das atividades econômicas e destaca os setores mais especializados nas diversas regiões, comparando-os com uma macrorregião de referência (Alves, 2012). O cálculo do QL é efetuado conforme descrito na equação 3.

$$QL = \frac{(E_{ij}/E_j)}{(E_{iA}/E_A)} \quad (3)$$

Onde:

E_{ij} : corresponde ao emprego do setor i na região j ;

E_j : representa o emprego total na região j ;

E_{iA} : representa o emprego total no setor i ; e

E_A : representa o emprego total.

O QL indica o grau de importância ou especialização do setor *i* na região *j* em comparação com a macrorregião de referência. De acordo com a literatura especializada, valores do QL acima de 1 sugerem que a região *j* desempenha um papel significativo no contexto macrorregional para o setor analisado. Com isso, os setores mais especializados tendem a gerar mais empregos ao longo do tempo, a ocupação dessa mão de obra contribui para a geração e distribuição de renda regional. Isso, por sua vez, estimula o consumo e dinamiza a economia local (Alves, 2022a).

Para interpretar os resultados do Quociente Locacional utilizou-se a seguinte classificação: $QL \leq 0,49$ (Baixa especialização); QL entre 0,50 e 0,99 (Moderada especialização); e $QL \geq 1$ (Alta especialização), conforme Da Silva (2022). É importante observar que na análise regional um setor produtivo, seja tangível ou intangível, é classificado como especializado quando o QL apresenta valores iguais ou superiores a 1.

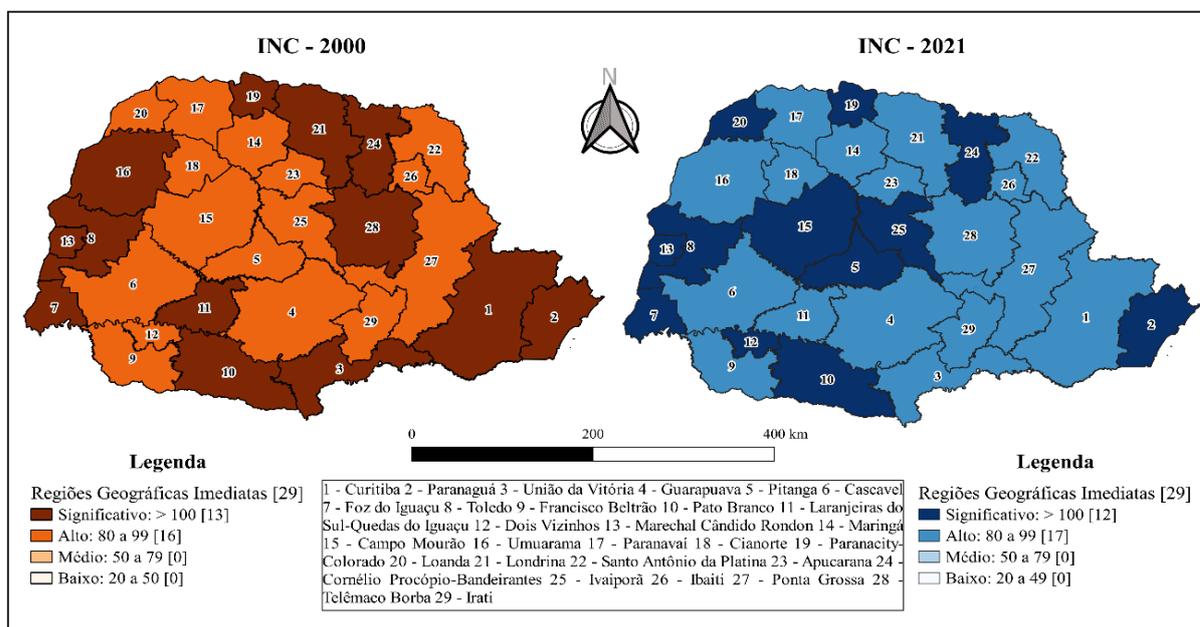
Para a construção dos indicadores foram utilizadas variáveis como o VAB da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, além da população residente, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001, 2021, 2023). Além disso, incorporou-se o número de empregos formais, obtido por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas da administração pública, defesa e seguridade social (CNAE 95 Seção), disponível na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecida pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2022). As variáveis monetárias foram ajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizando o acumulado até dezembro de 2021. O período analisado, tanto estática quanto dinamicamente, abrange os anos de 2000 e 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise das 29 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná foi utilizado primeiramente o Indicador de Nível de Crescimento (INC). Por meio dele foi possível fazer uma análise estática da dinâmica econômica para os anos 2000 e 2021. Os resultados evidenciam que em 2000, 13 das RGIs apresentaram um PIB per capita superior à média estadual de R\$ 2.360,87 ($INC > 100$).

Nesse grupo tiveram destaque as RGIs de Marechal Cândido Rondon com um INC de 125; Paranacity-Colorado com INC de 115 e Paranaguá com INC de 110, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Classificação do Indicador do Nível de Crescimento Econômico (INC) das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná com base no VAB *per capita* da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (2000 e 2021)



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Entre as RGIs com os menores INCs encontram-se Paranavaí com um INC de 91; Campo Mourão com INC de 90 e Apucarana com INC de 89. Nesse grupo, encontra-se a maior proporção de RGIs com INC abaixo da média (INC<100), com 16 RGIs classificadas na faixa alto.

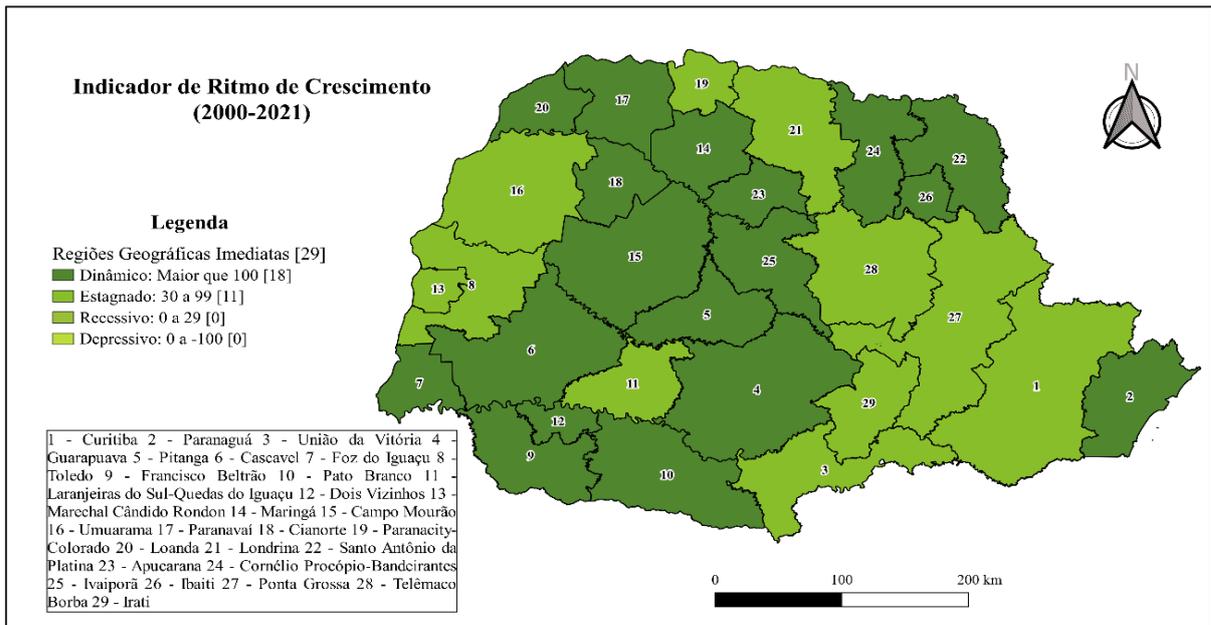
Em 2021, 12 RGIs obtiveram um PIB per capita superior à média estadual de R\$ 5.259,37 (INC>100), caracterizando-se como significativos. Destacaram-se Marechal Cândido Rondon com um INC de 120; Paranaguá com INC de 113; e Foz do Iguaçu, com INC de 112. Em contrapartida, 17 RGIs apresentaram INC com valores abaixo da média (INC<100), sendo categorizadas como alto. Nesse grupo merece destaque Curitiba e União da Vitória com um INC de 92 e Irati, com INC de 90.

Nota-se que não houve registros de RGIs classificadas nas faixas de nível médio e baixo potencial de desenvolvimento. Considerando o VAB per capita das RGIs dos anos 2000 e 2021 percebeu-se que a contribuição econômica da administração pública exerceu externalidade positiva na composição da riqueza da população do Paraná. Além disso, pela classificação apresentada é possível deduzir que a renda proveniente dos investimentos e gastos públicos estão gerando benefícios econômicos amplamente distribuídos entre as RGIs.

O segundo parâmetro calculado foi o Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC). Ele avaliou o crescimento econômico das RGIs do Paraná em comparação com a média estadual durante dois períodos distintos (2000 e 2021). Assim, considerando o VAB per capita médio da

administração pública do Estado como 100, os municípios com IRC acima de 100 evidenciaram um Ritmo de crescimento superior à média estadual, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Classificação do Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná com base no VAB *per capita* da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (2000-2021)



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Percebe-se que o setor da administração pública apresenta um desempenho superior à média estadual, indicando uma performance semelhante com a avaliação estática do INC. Isso fica evidenciado devido ao fato de que 18 RGI apresentaram um Ritmo de crescimento superior a 100. Campo Mourão, Pitanga e Dois Vizinhos se destacaram entre as RGI com melhor desempenho, registrando IRCs de 126, 120 e 116, respectivamente. Enquanto isso, União da Vitória, Curitiba, Londrina apresentaram os menores IRCs, com 82, 81 e 79, respectivamente.

Nota-se que, embora 11 RGI tenham apresentados IRCs abaixo da média estadual ($INC < 100$), não houve nenhum registro de RGI classificadas nos estratos recessivo ou depressivo. Isso evidencia uma resiliência positiva da contribuição econômica, por habitante, proveniente dos gastos e/ou investimento da administração pública.

Ao aplicar a abordagem que combina os indicadores econômicos de Nível e Ritmo de crescimento fez-se a classificação de cada RGI como acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. Assim, por meio do VAB per capita da administração pública, os resultados

evidenciam que 9 RGIs das 29 superaram a média estadual tanto no INC quanto no IRC, conforme exposto na tabela 1.

Tabela 1 - Combinação da forma tradicional dos indicadores de Nível de Crescimento (ano de 2021) e Ritmo de Crescimento Econômico (2000-2021) das RGIs paranaenses em relação à média do Estado

Classificação das Regiões Geográficas Imediatas (RGIs)	Tipo	INC	IRC	Setor Econômico	
				Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	
				Abs.	%
Desenvolvimento em expansão	AA	Alto	Alto	9	31
Desenvolvimento em Declínio	AB	Alto	Baixo	3	10
Em Desenvolvimento	BA	Baixo	Alto	9	31
Deprimidos	BB	Baixo	Baixo	8	28

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

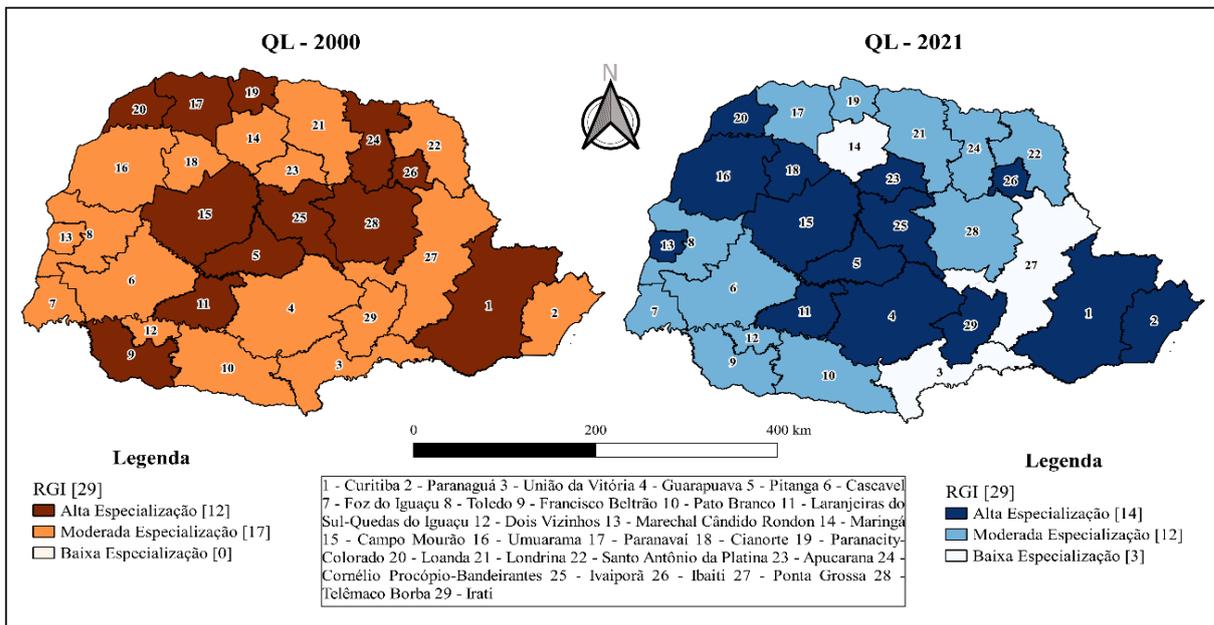
As RGIs que foram classificadas como desenvolvimento em expansão, representaram 31% do total de 29 RGIs no Estado. Em contraste, 3 RGIs alcançaram um desempenho superior à média no INC e inferior à média no IRC classificados como desenvolvimento em declínio, representando 10% do total.

Em contrapartida, 9 RGIs apresentaram desempenho abaixo da média no INC (2021) e acima da média no IRC entre 2005 e 2021, abarcando 31% das RGIs paranaenses, sendo considerados como em desenvolvimento. Já 8 RGIs registraram desempenho inferior à média estadual tanto no INC quanto no IRC no período analisado, englobando 28% das RGIs do Estado, classificados como deprimidos.

Ao examinar a evolução da taxa geométrica de crescimento do VAB per capita do setor da administração pública ao longo do período de 2000 a 2021, observa-se que as 29 RGIs do Paraná apresentaram incremento na produção de riqueza por trabalhador. Diferentemente, quando verificada a taxa geométrica de crescimento populacional das RGIs, 4 delas apresentaram declínio populacional, quais sejam: Cornélio Procópio-Bandeirantes; Campo Mourão; Ivaiporã e Pitanga, registrando uma queda de -0,23; -0,34; -0,63; e -1,27, respectivamente.

Posto isso, para complementar a análise da dinâmica econômica fez-se o uso do Quociente Locacional (QL), com o intuito de verificar a distribuição espacial da área de influência do setor da administração pública por meio do nível de especialização no território paranaense. Deste modo, para identificar quais RGIs são especializadas este índice precisa apresentar um valor superior a 1. Assim, na figura 3 estão apresentados os QLs de cada RGI do Paraná para os anos 2000 e 2021.

Figura 3 – Classificação do Quociente Locacional das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná com base no vínculo formal da administração pública, defesa e seguridade social (2000 e 2021)



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

O número de setores com QIs significativos, ou seja, aqueles maiores que a unidade, mostra os setores que são mais distribuídos ou mais concentradas espacialmente. E também os que refletem melhor as especializações regionais do Paraná como um todo (Alves, 2022b). Destarte a isso, constata-se que em 2000, das 29 RGIs analisadas 12 são classificadas como de alta especialização ($QL \geq 1$), com destaque para Pitanga com QL de 2,31; Ivaiporã com QL de 1,89 e Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu com QL de 1,45.

Enquanto isso, 17 RGIs apresentaram moderada especialização (QL entre 0,50 e 0,99). Nesse grupo, as RGIs com melhor desempenho foram Guarapuava com QL de 0,96; Dois Vizinhos com QL de 0,92 e Santo Antônio da Platina com QL de 0,91. Entre as menos expressivas estão Maringá com QL de 0,63; Londrina com QL de 0,53 e Marechal Cândido Rondon com QL de 0,51. Nota-se que, nos estratos de baixa especialização ($QL \leq 0,49$) não houve registros entre as 29 RGIs que fazem parte do território paranaense.

A partir da classificação das RGIs de alta especialização do ano 2000 (Figura 3) ficou evidente a configuração de um cinturão especializado na administração pública que compreendeu 8 RGIs, dispostas desde o Sudoeste ao Norte Pioneiro, nas quais encontram-se: Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, Pitanga, Campo Mourão, Ivaiporã, Telêmaco Borba, Ibaiti e Cornélio Procópio-Bandeirantes. Ressalta-se que nesse cinturão apenas não faz parte do Norte Pioneiro a RGI de Dois Vizinhos. Esse cinturão indica que uma concentração de empregos no setor da administração pública maior que a média estadual. Em termos de

distribuição espacial, isso sugere que tal setor é uma atividade com contribuição econômica relevante nessas RGIs.

Em 2021, das 29 RGIs, 14 foram classificadas no estrato de alta especialização, das quais destacaram-se Pitanga com QL de 2,57; Ivaiporã com QL de 2,48 e Loanda com QL de 1,74. Entre as RGIs de moderada especialização as que mais se aproximaram de uma unidade foram Francisco Beltrão com QL de 0,98; Telêmaco Borba com QL de 0,96; e Dois Vizinhos com QL de 0,96.

Por outro lado, nas de baixa especialização estavam Ponta Grossa com QL de 0,43; Maringá com QL de 0,42 e União da Vitória com QL de 0,20. Esse resultado indica que essas Regiões têm uma dependência menor da administração pública em comparação com as demais, o que pode significar uma diversificação econômica maior com menor ênfase nesse setor específico.

Em contraste com os dados de 2000, o cinturão observado em 2021 apresentou uma nova configuração, partindo da Região Litorânea para o Noroeste do Paraná. Observou-se que o número de emprego formal, proveniente da administração pública, que apresentou valor maior que uma unidade ficou mais concentrado em 12 RGIs, sendo elas: Paranaguá, Curitiba, Irati, Guarapuava, Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, Pitanga, Ivaiporã, Campo Mourão, Apucarana, Cianorte, Umuarama e Loanda.

Quando comparamos os anos de 2000 e 2021, observamos a permanência de 7 RGIs no estrato de alta especialização, sendo elas: Curitiba, Ivaiporã, Campo Mourão, Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, Pitanga e Loanda. Ao verificar a taxa geométrica de crescimento anual, constata-se que as RGIs que obtiveram maior incremento de emprego formal no setor da administração pública foram Marechal Cândido Rondon com uma taxa de 5,43%; Dois Vizinhos com taxa de 3,53% e Paranaguá com taxa de 3,32%. Em contraste, as que apresentaram queda na quantidade de emprego formal foram: Ponta Grossa com uma taxa de -1,26%; Paranacity-Colorado com taxa de -1,79%; Cornélio Procópio-Bandeirantes com taxa de -3,55% e União da Vitória com taxa de -7,86%.

Na RGI de Curitiba encontra-se a cidade com maior importância na rede urbana do Paraná, a capital Curitiba. A mesma é considerada uma metrópole de ampla centralidade, ou seja, concentra as principais funções de gestão do Estado, considerando tanto o seu papel administrativo em atividades produtivas quanto de gestão pública, em função da sua atratividade para prover bens e serviços, cobrindo toda a extensão territorial do Paraná (Alves, 2022a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a dinâmica econômica e a distribuição espacial dos níveis de especialização do setor da administração pública nas Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) do Paraná durante o início do século XXI, especificamente entre 2000 e 2021. Para alcançar

esse objetivo foi adotada uma metodologia de análise regional, utilizando-se o Indicador de Nível de Crescimento (INC), o Indicador de Ritmo de Crescimento Econômico (IRC) e o Quociente Locacional (QL), conforme embasado na literatura revisada.

No que se refere à dinâmica econômica das 29 RGIs, a análise do INC para o ano de 2000 revelou que as RGIs de Marechal Cândido Rondon com um VAB per capita de R\$ 2.939,80 e participação relativa de 4,29%; Paranacity-Colorado com VAB per capita de R\$ 2.714,65 e participação relativa de 3,97% e Paranaguá com VAB per capita de R\$ 2.588,66 e participação relativa de 3,78% posicionaram-se nas primeiras colocações na produção econômica da administração pública, superando a média estadual de VAB per capita que foi de R\$ 2.360,87.

Em 2021, notou-se que as RGIs de Marechal Cândido Rondon com VAB per capita de R\$ 6.318,54 e participação relativa de 4,14%; Paranaguá com VAB per capita de R\$ 5.925,33 e participação relativa de 3,88% e Foz do Iguaçu com VAB per capita de R\$ 5.908,46 e participação relativa de 3,87% destacaram-se nas primeiras posições no setor público, com um VAB per capita superior à média estadual de R\$ 5.259,37. Este resultado pode indicar uma maior dependência econômica dessas RGIs, devido à concentração de serviços públicos relevantes, como universidades e outros órgãos governamentais.

A análise dinâmica com base no IRC para os anos de 2000 a 2021 revelou que o Ritmo de crescimento econômico no setor da administração pública foi mais acentuado nas RGIs de Campo Mourão, com uma taxa anual de 4,56%; Pitanga com 4,40% e Dois Vizinhos com 4,32%. Apurou-se que todas as 29 RGIs do Paraná registraram aumento no VAB per capita da administração pública durante o período estudado. Embora 04 RGIs tenham apresentado declínio populacional, nenhuma foi classificada nos estratos médio e baixo do IRC, o que pode ser atribuído ao efeito dos investimentos e gastos públicos na geração de riqueza, visto que o VAB per capita esteve frequentemente próximo ou acima da média estadual.

Quanto à distribuição espacial dos níveis de especialização do setor da administração pública, a análise do QL em 2000 revelou que as RGIs de Pitanga com 2.174 registros de emprego formal e 0,66% de participação relativa; Ivaiporã com 3.677 registros de emprego formal e 1,12% de participação relativa e Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu com 2.077 registros de emprego formal e 0,63% de participação relativa obtiveram os maiores índices no estrato de alta especialização. Em 2021 as RGIs com os maiores níveis de especialização foram Pitanga com 3.052 registros de emprego formal e 0,84% de participação relativa; Ivaiporã com 4.386 registros de emprego formal e 1,21% de participação relativa e Loanda com 1.881 registros de emprego formal e 0,52% de participação relativa.

Com base nos estratos de alta especialização foi possível identificar dois cinturões com as maiores concentrações de emprego formal no setor da administração pública. Em 2000, esse cinturão abrangia 8 RGIs, estendendo-se do Sudoeste até a região Norte Pioneiro do Paraná. Em 2021, o cinturão assumiu uma nova configuração, concentrando-se em 12 RGIs que se estendem da região Litorânea até o Noroeste do Estado.

A análise dos resultados demonstra que a riqueza econômica derivada da administração pública se distribui de forma relativamente homogênea na maior parte do Paraná. Os indicadores apontaram que muitas RGIs possuem Níveis e Ritmos de crescimento que se situaram acima ou próximos da média estadual. Notou-se que algumas RGIs exibiram diferentes graus de especialização, indicando uma dependência econômica mais acentuada dos serviços públicos predominantes em certas áreas.

A partir dessas conclusões sugere-se a condução de novos estudos que aprofundem a análise da dinâmica econômica e da distribuição espacial dos níveis de especialização que influenciam o desenvolvimento das RGIs do Paraná. Além disso, pesquisas comparativas que examinem o setor da administração pública em relação a outros setores econômicos podem contribuir para esclarecer as lacunas levantadas nesta investigação. Consequentemente, este estudo pode oferecer insights para a criação de políticas públicas distributivas, visando promover um crescimento econômico homogêneo e equilibrado em todo o estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. ESPECIALIZAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA NA ANÁLISE REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. **Informe GEPEC**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 9–29, 2022a.

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba: Camões, 2012.

ALVES, L. R. LOCALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA BASE DE EXPORTAÇÃO DAS REGIÕES IMEDIATAS DO ESTADO DO PARANÁ-BRASIL ENTRE 2010 E 2020. **Informe GEPEC**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 416–438, 2022b.

CORREIA, J. G. A.; DINIZ, G. I.; COSTA, R. F. R. da. ANALISANDO O COMPORTAMENTO DOS GASTOS PUBLICOS NOS MUNICÍPIOS CEARENSES. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 85–96, 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2741>. Acesso em: 31 ago. 2024.

DENTE, B. El proceso de reforma de la Administración en Italia. **Gestión y Análisis de Políticas Públicas**, [s. l.], p. 109–121, 1995. Disponível em: <https://revistasonline.inap.es/index.php/GAPP/article/view/28>. Acesso em: 13 nov. 2024.

EMERJ, E. da M. do E. do R. de J. EMERJ. [s. l.], v. 11, n. 42, 2008. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/issue/view/80>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ENDLICH, A. M.; MATTOS ALVES, L.; TEIXEIRA, J. C. Desafios atuais para as pequenas cidades / localidades da Região Intermediária de Maringá – Paraná. **Redes**, [s. l.], v. 28, 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/18494>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERREIRA, A. C. C. C. ANÁLISE DO RITMO E NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE SANTARÉM/PARÁ ENTRE 2015 E 2019. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 106–119, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21834>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERRERA DE LIMA, J. AS DISPARIDADES REGIONAIS NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 15, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5035>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia territorial: teoria e indicadores**. Campina Grande: EDUEPB: Zenodo, 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/record/7199564>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FERRERA DE LIMA, J. F. *et al.* NOTAS SOBRE O RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES PARANAENSES. **Revista Economia & Tecnologia**, [s. l.], v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/36849>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. A. P. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/350>. Acesso em: 12 nov. 2024.

IBGE, I. B. de G. e E. **Censo Demográfico 2000 - Tabela: 202**. [S. l.], 2001. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 23 ago. 2024.

IBGE, I. B. de G. e E. **Estimativas de População 2021 - Tabela: 6579**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 23 ago. 2024.

IBGE, I. B. de G. e E. **Produto Interno Bruto dos Municípios: Tabelas 21 e 5938 - Referência 2000 e 2021**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s. l.], v. 20, n. 67, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/52080>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LOPES, E. H.; CUNHA, M. S. da. Análise de eficiência dos gastos municipais com saúde e educação do Setentrão Paranaense. **Economia & Região**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 255–276, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/48416>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual De Gestão Pública Contemporânea**. [S. l.]: Atlas, 2006.

MTE, M. do T. e E. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Referência 2000 e 2021**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MURSHED, S. M. *et al.* Fiscal Capacity, Democratic Institutions and Social Welfare Outcomes in Developing Countries. **Defence and Peace Economics**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 280–305, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2020.1817259>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NASCIMENTO, M. M.; BAUTISTA, D. C. G.; CAVALCANTI, R. L. S. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS EM POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 225–244, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6183>. Acesso em: 31 ago. 2024.

ONU, O. das N. U. **ODS**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PIACENTI, C. A. **Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaense: no período 1999/2013**. 1. ed. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Curitiba: Camões, 2012.

ROCHA, A. A. da; SOUZA, E. B. C. de. As inter-relações econômicas no Paraná e novas regionalizações. **Terr@ Plural**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 73–92, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/12240>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], p. 605–631, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ljjhnQzh9FGx9q3t7Wst35g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, K. S. D.; VASCONCELOS, R. B. B. D. Gestão Pública e Desempenho Socioeconômico: uma Análise Municipal. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/15339>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. /], n. 16, p. 20–45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2024.

VIANA, N. C. ORÇAMENTO PÚBLICO: modelos, desafios e crítica. **Revista Políticas Públicas**, [s. /], v. 18, n. 1, p. 45, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2685>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VIDAL, J. P.; ROSA FILHO, D. de S. DESAFIOS DE UMA NOVA GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO PARÁ. **Novos Cadernos NAEA**, [s. /], v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/426>. Acesso em: 31 ago. 2024.